



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 86

Sessão Ordinária de Dezembro

Reunião de 28-12-2001

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e um, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Primeiro Secretário, e pelo Vogal António Sousa Dinis Correia na qualidade de Segundo Secretário e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madail da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Procedeu-se à chamada e verificou-se a ausência dos seguintes vogais:

José Augusto Fernandes Júnior, Maria João Santos Pais, João Coelho Gonçalves, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias e Manuel Simões Madaíl.

Por parte da Câmara Municipal, esteve presente o Presidente da Câmara Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-Presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Jaime Simões Borges, Domingos José Barreto Cerqueira. Pelas 19:30 horas entrou na sala o Vereador José da Cruz Costa.

De seguida o Presidente da Mesa leu a “Ordem de Trabalhos” constante da convocatória para esta Sessão:

Ponto n.º 1 – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto n.º 2 – Alteração ao Plano Director Municipal (Regime Simplificado);

Ponto n.º 3 – Plano de Pormenor da Baixa de Santo António;

Ponto n.º 4 – Regulamento de Taxas, Licenças e Autorizações Urbanísticas do Município de Aveiro;

Ponto n.º 5 – O caso do “Prédio Severim Duarte”;

Ponto n.º 6 – Balanço do Mandato da Assembleia Municipal Cessante (1998/2001).

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 82 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 83 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

(Entretanto entrou na sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu).

Acta n.º 84 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Presidente da Mesa:

“Foi distribuída uma segunda via da acta n.º 85. A explicação é a seguinte: sem desprimor para a eficácia dos serviços, entendi que o improviso do Dr. Arsélio nesta reunião do 150 anos do Liceu (e até o meu), não estavam transcritos ou escritos com a pontuação adequada.

É difícil passar a preto no branco os improvisos sobretudo quando o orador é saltitante – e foi o caso do Dr. Arsélio e o meu próprio – que temos uma oralidade um pouco extravagante – vamos à frente, vimos atrás, damos pressupostos, e isso exige uma pontuação particularmente cuidada. Além disso meti um “e” na intervenção do deputado António Salavessa que faltava (até no texto original), mas que carecia em absoluto desse “e”; e meti um “os” na intervenção do deputado Britaldo Rodrigues. Pequenas correcções que me permiti fazer, até porque ao ler os textos provavelmente essas correcções tinham sido feitas. Porquê deste cuidado: porque é uma acta de um momento importante da vida do concelho, da cidade, e da educação na região — de que será mandada cópia para o Liceu e constará dos arquivos do Liceu, integrando a documentação das comemorações dos 150 Anos do Liceu. Entendi que os improvisos necessitavam de ter uma redacção preto no branco (sem desprimor), um pouco mais cuidada. E agora penso que está razoavelmente, respeitado o tom e o sentido e até as indecisões dessas duas intervenções, particularmente do Dr. Arsélio”.

Acta n.º 85 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de vinte e oito votos a favor e uma abstenção.

(Entretanto entrou na sala o Vogal Manuel Júlio Braga Alves).

Presidente da Mesa:

“Tenciono mandar uma cópia desta acta para cada um dos intervenientes — que poderão achar graça em ter isso em casa, e oficialmente à Direcção do Liceu, apesar do Dr. Arsélio lá ter estado. Mas esteve mais como interveniente.”

Seguidamente o Presidente da Assembleia propôs uma alteração à ordem de trabalhos prevista para esta Sessão, em que o ponto n.º 6 da ordem de trabalhos - Balanço do Mandato da Assembleia Municipal Cessante (1998/2001) – passasse para o ponto n.º 2.

Membros da Assembleia:

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Presidente da Mesa

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Britaldo Rodrigues (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP)

(Entretanto entraram na sala os Vogais Ana Carla Guerra de Miranda Macedo e Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira).

Depois de discutida esta proposta de alteração da ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Continuando, o Presidente da Mesa, e nos termos do artigo 60.º do Regimento da Assembleia Municipal, concedeu a palavra ao público.

Usou da palavra o Presidente da Associação Académica da Universidade de Aveiro – João Gustavo Fernandes Alves Pereira - para tecer algumas considerações relativas à situação do pagamento pela Câmara Municipal de Aveiro de apoios concedidos a actividades promovidas pela Associação Académica da Universidade de Aveiro.

(Entretanto entrou na sala o Vogal Fernando Vieira Ferreira).

Presidente da Mesa

(Entretanto entrou na sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira).

De seguida e nos termos regimentais, o Presidente da Mesa anunciou a entrada no “Período de Antes da Ordem do Dia”.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Membros da Assembleia:

Vogal Britaldo Rodrigues (PPD/PSD): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção. ▲

“Obrigado Senhor Presidente.

Não estando presente na próxima Assembleia, quero deixar expressas algumas palavras que são resultantes de alguma reflexão produzida sobre a rica experiência por mim aqui adquirida durante os últimos quatro anos.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia. Devo confessar que numa primeira fase, me pareceu que ele produziu algumas intervenções algo tendenciosas que ajudaram significativamente o senhor Presidente da Câmara,, a não ir ao tapete. Depois mostrou-se muito mais independente. Acho que acabou o seu mandato a um nível superior, evidenciando-se realmente interessado, em primeiro lugar, com os problemas dos aveirenses. O modo como conduziu a Assembleia foi, a meu ver, exemplar. Não há duvida nenhuma que muitas vezes não cumpriu o regulamento – e ainda bem que o fez – porque foi possível que todos nós pudéssemos exprimir o que pensávamos, o que queríamos, e eu acho que isso valorizou muito a Democracia. Por tudo isso, cumprimento-o e agradeço-lhe.

Falando de Democracia, é claro que não podemos deixar de nos referir à Oposição. É evidente que sem Oposição, não há Democracia, pois não há Liberdade onde não existirem alternativas. À Oposição cabe, fundamentalmente actuar no sentido de maximizar a acção governativa

votando contra o que considera errado, criticando o que se pode e deve melhorar, apresentando sugestões, censuras e propostas alternativas.

Cumpre-me dizer (após a reflexão, atrás referida, acerca da experiência aqui vivida) que, muito lamentavelmente, nem sempre este foi o timbre da Oposição nesta Assembleia! Como ia dizendo, em Democracia a Oposição é tão determinante como o Poder. Por isso, quando a Oposição, para a obtenção da atenção ou dos favores do Poder pactua com ele, não cumpre a sua função. O que constitui uma clara fraude.

A título de exemplo, direi que ao procurar-se a atenção especial para os problemas de uma Freguesia, e se por essa razão se não faz oposição na Assembleia à Câmara ... mal vai a Democracia. Porque o Poder que incentiva tal prática não é democrático e porque quem aceita estas migalhas do poder pratica a indigência política.

Mal vai a Democracia quando os Vereadores se manifestam incomodados com as críticas, produzidas na Assembleia Municipal e que, afinal, têm conduzido a significativas melhorias. Cito, a título de exemplo, os seguintes planos camarários – o Plano de Pormenor do Centro e o Plano de Pormenor da Baixa de S.^{to} António. Cito, ainda, o caso da tentativa de alterar o “aborto” previsto para o Prédio Severim Duarte. Não será que o Senhor Vereador Domingos Cerqueira concorda agora comigo?

Voltemo-nos agora para o Poder Autárquico.

Penso que a verdadeira Democracia, é a Democracia directa que, todavia, no contexto da complexidade social vigente é impossível de praticar. Assim, temos de nos socorrer da Democracia representativa. Mas, pergunto: quem é eleito pode actuar conforme o que lhe passe pela cabeça - porque se diz legitimado - e intitular-se democrata?

Talvez que no início do seu consulado, e se houvesse eleições, Salazar poderia ter sido eleito. Seria democrata por esse facto? Hitler foi eleito. Era um democrata?

A única, a verdadeira, a genuína Democracia é a directa, mas é uma utopia pensar-se que ela se pode praticar generalizadamente. Assim, a Democracia representativa é a aproximação possível. Ou seja, a Liberdade é um valor fundamental; a Democracia não é um valor fundamental - é apenas uma metodologia de governação colectiva. Assim, um político, mesmo que legitimado pelo voto, não pode deixar de ouvir continuamente a Sociedade Civil, nomeadamente os representantes da Oposição.

Creio que, muitas vezes, o Poder Autárquico, nos últimos quatro anos fez “orelhas moucas” ao que a Oposição aqui exprimiu e propôs.

A título de exemplo, lembro as taxas sobre os resíduos sólidos urbanos, aqui claramente rejeitados mas que, face a uma alteração do quadro legal, permitiu à Câmara introduzi-las contra a opinião da maioria desta Assembleia (e fiquemo-nos por aqui nestas considerações que têm de ser muito sucintas).

Quero ainda felicitar todos os cidadãos eleitos no concelho de Aveiro, para o exercício de funções autárquicas, nos mais diversos níveis e em múltiplos âmbitos. Naturalmente que em primeiro lugar, me refiro à força política vencedora, ou seja, ao Partido Socialista e ao Presidente da Câmara – Dr. Alberto Souto. À excepção do Alentejo, poucos foram os locais do País em que o PS viu subir a sua votação para a Câmara mais de 10%.

Estes resultados traduzem, claramente, graves responsabilidades para todos: aos vencedores e aos vencidos. Aos primeiros, para assumirem que, no contexto de uma Democracia representativa, têm claramente que estar atentos aos representados. Têm que ouvir a oposição, agradecer-lhe a crítica e louvar as alternativas exequíveis no contexto dos princípios assumidos perante o seu eleitorado. E não incentivar qualquer tipo de compadrio que cale a voz a qualquer membro da Oposição!

Aos segundos, aos que não venceram as eleições: ao PSD, ao PP, ao PCP, cabe-lhes o papel de procurarem para Aveiro, a excelência das soluções. E para tal, não se podem calar, não se podem resignar a meios termos ou a soluções apenas sofríveis ou suficientes. Haverá que

pelejar continuamente pelo bem de Aveiro e dos aveirenses. É tão importante, uma Democracia, o choque de ideias entre o Poder e a Oposição que a alteração a estas funções para que a Oposição colabore com o Poder a troco de qualquer benefício, se pode designar por corrupção.

Aos cidadãos de Aveiro, que confiaram em todos vós, os eleitos – que estão aqui presentes ou que estão fora desta Assembleia, cabe-lhes estarem atentos para que a Democracia se cumpra entre nós. Para que seja realmente verdade a frase dita pelo Senhor Presidente da Republica sobre Aveiro: Pátria da Liberdade.

A todos os amigos as minhas felicitações e votos de um bom trabalho para engrandecimento de Aveiro e para a felicidade dos aveirenses.

Muito obrigado Senhor Presidente”.

Vogal António Salavessa (PCP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Senhor Presidente. Senhores Deputados.

Eu reservo uma intervenção, uma apreciação sobre os trabalhos desta Assembleia (numa altura em que esta se aproxima do seu fim), para o tal ponto do balanço do mandato — embora compreenda perfeitamente que outros senhores deputados o possam fazer agora e que o façam bem, e de uma forma até que podia ser em grande parte subscrita por mim.

E, é sempre com alguma pena, que se vê sair desta casa, desta câmara, elementos que embora perfilhando ideais políticos bastante diferentes, senão opostos daqueles que me fizeram eleger, têm tido ao longo dos anos e do trabalho, um comportamento elevado, um comportamento que deve ser registado. E estou convicto, que cada um dos seus actos foi motivado pelo menos por uma leitura do que consideram ser os interesses de Aveiro.

Em relação à decisão do Senhor Presidente da Mesa de não convocar a Assembleia antes, eu queria só dizer que, discordo da sua decisão e do primeiro motivo invocado pelo Senhor Presidente da Mesa.

É ao Presidente da Assembleia Municipal que compete a convocação das Assembleias Ordinárias e Extraordinárias. E não havendo na Sessão Ordinária de Novembro ou Dezembro, e repito Sessão Ordinária de Novembro ou Dezembro, que é assim que ela é prevista na Lei — não havendo necessidade de nenhum documento fundamental da Câmara (neste caso não há Plano e Orçamento por causa das eleições, portanto ficaram remetidos já para o novo Executivo e para a nova Assembleia), não há nenhum documento fundamental da Câmara que condicionasse a convocação, ao facto desse documento existir ou não existir. Quer dizer, apenas a Comunicação do Presidente da Câmara, um documento que deve ser entregue 48 horas antes da data — e que o senhor Presidente vem encolhendo ao longo dos anos, ao longo do mandato vem encolhendo cada vez mais; é em meia dúzia de páginas que o faz. Senhor Presidente, estando os Serviços minimamente organizados faz-se em duas ou três horas de trabalho. Não é justificação para que a Assembleia não tenha reunido por falta de compromisso ou por falta de comunicação. Se o Senhor Presidente não tinha condições para a fazer que as arranjasse. O Senhor Presidente convocava – que era a sua obrigação - e o Senhor Presidente da Câmara tinha a obrigação de até 48 horas antes ter a Comunicação pronta.

Portanto, condicionar a convocação duma Sessão Ordinária da Assembleia à existência ou não da Comunicação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, é inverter a situação. É pôr a Assembleia a reboque do Presidente da Câmara. Não digo que se deva passar o contrário, mas que deve ser o Presidente da Câmara a ter em consideração o “timing” da realização da Assembleia Municipal, órgão deliberativo e fiscalizador da actividade do Executivo. Portanto, entendo que a não convocação feriu esta Sessão de alguns problemas.

Entretanto, na carta aberta que escrevi Senhor Presidente da Assembleia, dizia que não deixaria de aproveitar a Sessão, se ela fosse então convocada, para colocar algumas questões ao Presidente da Câmara – essas questões eu retomo-as neste momento.

A primeira delas é: por que é que não arrancaram as obras da Capitania logo a seguir ao verão, conforme prometido pelo Presidente da Câmara? procurando apurar quem é de facto responsável pelo impasse nesta situação. Isto é, nas vésperas de eleições, nas últimas semanas, sem que essa questão pudesse ser confrontada aqui, o Senhor Presidente apelou a um movimento de todos, à insurreição geral contra o Ministério da Defesa por causa das obras. Eu gostava de saber quais foram os passos concretos dados durante os meses anteriores junto do Ministério da Defesa para que as obras arrancassem de facto.

Quer dizer, o que acontece na véspera das eleições, é o resultado da insatisfação ou da indignação perante várias tentativas existentes ao longo do ano ou foi uma manifestação isolada. Era importante apurar isso.

A segunda questão é: apesar de haver o ponto sobre o Prédio Severim Duarte, eu queria questionar o Presidente acerca disso. E não tinha nenhuma garantia quando escrevi a carta de que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal viesse a agendar este ponto. Tal como não tenho nenhuma garantia de que lá se chegue hoje. Por isso, aproveito o período de antes da ordem do dia para colocar ao Senhor Presidente esta questão: consta que o processo está a andar, a construção está a andar. Consta que já não existe sequer a obrigação de reconstrução da fachada, mas que existe apenas a obrigatoriedade de uma alusão, duma imagem, duma sugestão de fachada – não sei bem o que é que isso representará.

Eu acho que se isto corresponde à realidade, de facto, prova que o crime compensa. E que as pessoas podem passar impunemente com uma coima de três mil contos (perante interesses económicos muito superiores) e fazer o que muito bem entendem desde que paguem uma coima de três mil contos! Penso que, se chegarmos a esta realidade que hoje existe, que é que já nem sequer há a obrigatoriedade de reconstrução da fachada, mas que estará autorizada uma mera sugestão, acho que seria algo extremamente grave e que abriria o caminho a que qualquer peça do nosso património arquitectónico pudesse ser construída, pudesse ser delapidada, por qualquer pessoa que tivesse três mil contos, ou quatro, ou cinco, para pagar uma coima.

A terceira questão que queria ver esclarecida era a das tais “irregularidades” no Aveiro-Basket. Portanto, como é que está a situação? Os senhores Vereadores têm ou não que repor o valor dos subsídios que foram atribuídos às colectividades para que elas pudessem ser sócias da sociedade?

Queria que através da Assembleia a população fosse esclarecida sobre esse processo. Não porque esteja interessado em que os senhores Vereadores paguem do seu bolso esse valor. Eu compreendo perfeitamente que é um ónus um pouco pesado, duma deliberação que porventura terá sido tomada com a melhor das intenções. Não esqueço a situação dos vereadores da Câmara Municipal de Évora que foram obrigados a repor do seu bolso verbas que foram pagas aos trabalhadores da higiene e limpeza, do subsídio que decidiram atribuir e que não podiam atribuir para terem gente a trabalhar no sector — e os Vereadores tiveram que repor.

Portanto, não é por isso. Mas é sim, pelo facto de na altura eu ter (em nome da CDU) criticado o processo que estava a ser seguido para a constituição da sociedade. Era nessa perspectiva que eu queria ver o caso esclarecido.

Por último, tratadas que estão as questões que teria colocado na altura, remetia-me apenas a esta comunicação da Associação Académica da Universidade de Aveiro, através da pessoa do seu Presidente, para constatar que embora qualificada, embora de peso, com o peso que a própria instituição traz, é apenas mais uma achega na crítica repetidamente formulada por mim e pela CDU relativamente a alguns traços desta Câmara e que são os seguintes. Primeiro a de no pagamento dos seus compromissos não respeitar os problemas e as necessidades das instituições subsidiadas que necessitam como do pão para a boca que esses compromissos sejam

satisfeitos, sejam cumpridos. E mais grave é este estilo, este comportamento, que existiu durante quatro anos, de não dar resposta. Comprometeram-se com reuniões bimensais – ouvimos todos – não houve! Só uma reunião em Agosto em vez das reuniões bimensais. Cartas que não têm resposta — umas atrás das outras. Este estilo tem que acabar! E se não acabar, continuará a ser denunciada até que a voz nos doo-a. Não pode ser doutra maneira Senhor Presidente.

E espero, e acho que isto deve ser dito, espero muito bem que a maioria reforçada não agrave estes traços absolutamente negativos e condenáveis que existiram durante o mandato anterior.

É necessário que a Câmara dê resposta a quem a procura. Sejam eles particulares, sejam eles instituições, e que os assuntos sejam tratados e que haja uma resposta. Se há dúvidas em relação aos números que sejam esclarecidas, mas o Senhor Presidente não parece ter muitas dúvidas em determinadas circunstâncias.

Foram-nos distribuídas actas das últimas reuniões da Câmara (o PSD que me desculpe eu pegar nisto) e a Vereadora, a Dr.^a Maria Antónia (o PSD está representado no Executivo – infelizmente ainda não foi desta que o PCP lá entrou, será para a próxima, certamente), pegou na carta que a Associação Académica dirigiu ao Presidente da Câmara e a todos os Vereadores - e questionou a Câmara acerca dessa carta - e o Senhor Presidente informou que “na realidade não é tanto o montante dos pagamentos em falta, uma vez que alguns subsídios apontados, embora os tenham pedido, ainda não foram deliberados, etc., etc., etc.”. Quer dizer: para a Câmara, o Senhor Presidente confrontado com uma carta que um Vereador trouxe à reunião o Senhor Presidente tem uma resposta, mas para a Instituição ainda não teve! Acho que isto não é aceitável.”

Vogal João Maia (CDS/PP)

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Em primeiro lugar, queria saudar os companheiros que durante quatro anos permaneceram nesta Assembleia, e quero dar os parabéns aos que no dia quatro irão tomar posse. Quero dar também os parabéns ao Senhor Independente – o Dr. Alberto Souto, que tão bem apadrinhado foi pelo Partido Socialista - e desejo-lhe um mandato com uma maioria clara e produtiva. Queria que ficasse registada em acta esta minha intervenção, porque durante quatro anos bati-me por coisas simples, mas que para mim são fundamentais.

Eu sou uma mulher ligada à saúde, dou prioridade a necessidades fundamentais e dou valor ao ser humano; não me interessa o resto. Interessa-me o ser humano porque é esse que interessa e que nos faz estar aqui. As metas do Senhor Presidente da Câmara até 2001, para mim, não foram cumpridas — e eu falo como é obvio no saneamento. Não falo no meu. Porque o meu buraco já está aberto, tapado não sei quando vão tapar. Mas conseguiram abrir o buraco para ligar daqui a um ano e meio!? Conseguiram destruir uma rua que foi feita há dois anos, esburacaram a estrada toda, fizeram-nos passar um Natal com lixo à porta, e soube que vão fazer a ligação daqui a um ano e meio. Parabéns Senhor Presidente, realmente as suas prioridades são fundamentais!

Queria falar também, mais uma vez no “lago sanguíneo” atrás da “Dankal”. É um lago sanguíneo! É às portas da cidade e não deixa de ser um lago, com sangue coagulado, mal cheiroso, cheio de frigoríficos, fogões, televisores, uma imundice, um atentado à saúde pública. Falei várias vezes nesta Assembleia ninguém se dignou a ir ver aquilo e resolver. Vi coisas resolvidas nesta cidade rapidamente e aquela que é fundamental. É que no fundo acaba por ser uma entrada na cidade, onde dado aos engarrafamentos que agora existem na 109, as pessoas passeiam-se por ali — É uma vergonha para esta cidade!

Quanto às rotundas. Mais uma vez quero deixar aqui o aviso: É perigoso! Felizmente não temos tido grandes problemas, mas quem fizer o percurso diariamente vai verificar que naquela montanha russa, de passa por cima, passa por baixo, desvia... quando houver uma morte, aí

sim, vamos ter um minuto de silêncio pelos mortos. É um perigo deixar aquelas armadilhas sem serem resolvidas. É uma prioridade senhor Presidente da Câmara. Espero que a nova maioria seja fundamental para a resolução deste problema que espero não ser arauto de nenhuma catástrofe. O resto falarei depois no balanço”.

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Vogal Dinis Marques (CDS/PP)

Vogal Rogério Madaíl (PPD/PSD)

B

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se intervalo para jantar. Eram 20:35 horas.

SEGUNDA PARTE

Pelas 22:15 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Primeiro Secretário, e pelo Vogal António Sousa Dinis Correia na qualidade de Segundo Secretário e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia e António Manuel dos Santos Salavessa.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes vogais:

Raúl Ventura Martins, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, António Ildebrando Nunes Costeira, Maria João Santos Pais, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, João Coelho Gonçalves, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe e Manuel Simões Madaíl.

Por parte da Câmara Municipal, esteve presente o Presidente da Câmara Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-Presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Domingos José Barreto Cerqueira e José da Cruz Costa.

Reiniciados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu continuidade ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.

Membros da Assembleia:

Vogal Nuno Tavares (PPD/PSD): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Muito obrigado Senhor Presidente.

Eu gostaria - apesar de ter passado o belo jantar e os belos de momentos de convívio que mais uma vez tivemos e no meu caso pela última vez como membro desta casa – eu gostaria de deixar aqui uma outra reflexão e um outro testemunho.

E, as minhas primeiras palavras, irão naturalmente para V.Ex.a Senhor Presidente.

A admiração e a estima que tenho por V.Ex.a não é de agora, já terá bem contados uns quarenta anos. E eu, de facto, não sinto, não tenho palavras para exprimir aquilo que gostaria de dizer. Começo por fazer minhas, naturalmente, as palavras que aqui já foram proferidas e muito bem proferidas, quer pelo líder da minha bancada – que mais uma vez com a elegância da sua forma de estar, soube traduzir em palavras, aquilo que todos nós sentimos.

Mas eu permitia-me só, muito brevemente, distinguir três qualidades que revejo em V.Ex.a. Em primeiro lugar, uma grande independência intelectual. Sempre o conheci assim. Já noutras circunstâncias muito diferentes, noutras conjunturas muito diferentes, o Dr. Carlos Candal era de facto admirado e querido por isso mesmo.

Em segundo lugar, um espírito notável e uma jovialidade que sabe colocar nas atitudes que tem que tomar, sabendo espalhar em todos nós o grão de boa disposição, que tem tido um papel e tem desempenhado um papel importante na condução destes trabalhos.

Em terceiro lugar, uma grande generosidade. Sempre assim foi. E há provas eloquentes e sucessivas disso para com os seus próprios adversários. A partir daqui, quanto a este ponto, não tenho mais nada a dizer, porque penso que já é, digamos, suficientemente esclarecedor aquilo que digo.

E eu queria, também de certa forma, penitenciar-me (no seguimento dumas linhas que eu muito rapidamente antes de eu vir para a Assembleia consegui escrever) por não ter sido tão profícua, nem tão assídua quanto desejava, a minha participação nesta casa. Directamente envolvido em causas e em projectos profundamente estimulantes e absorventes, reconheço todavia que me teria sido porventura exigível uma superior quota de trabalho. Permitam-me contudo que releve o seguinte: as causas e os projectos que mencionei, são no fundo os que decorrem das convicções que na juventude se forjam com desinteresse e com um despreendimento totais. Assumi-os dessa forma, determinadamente, no seio de uma vivência académica que garantidamente única, nos limites sagrados dos interesses que entendo permanente duma pátria milenar e do respeito pelos adversários e pelas ideias que defendem com idêntica determinação. Um contexto, que na altura não excluía antes supunha discussões acesas e confrontos por vezes vivíssimos, sem prejuízo da natural integração em novos quadros conjunturais, sob pena de perderem consequência e até muito do seu sentido e do seu significado — mantenho por inteiro esses mesmos princípios. Se calhar, enriquecidos pelo conhecimento de novas realidades, experiências, – em Portugal como lá fora – não vi até hoje razões que me levem a mudar essencialmente o caminho que tenho percorrido e que aliás mesmo em anos difíceis, fiz questão de continuar a afirmar. E persisto em entender que, a plena legitimidade que a todo o tempo assiste a cada um para uma completa alteração de percurso ideológico tem de implicar, se se pré-figuram aspirações a responsabilidades de alto nível, uma penitência sentida e feita saber ao país. A página que registou atitudes que na juventude envolveram o desrespeito, tão frontal como desnecessário, por hierarquias e por instituições veneráveis, quando não ainda mais grave, não pode fora dessas circunstâncias, ser pura e simplesmente rasgada e deitada fora como coisa de somenos.

A juventude, sobretudo a dos privilegiados no acesso a bens que estão fora do alcance da grande maioria, tem de implicar responsabilidades acrescidas e não mordomias classistas. O que não pode é com certeza justificar tudo, designadamente comportamentos que mais tarde, com outras obrigações se não vão forçosamente poder consentir.

Vamos pois ter equipas renovadas à frente dos destinos de Aveiro, e creio que a comunidade aveirense agiu com uma perspicácia exemplar, premiando um desempenho claramente positivo, atribuiu ao Executivo e em particular ao seu Presidente, plena autonomia pela

responsabilidade. Todavia, nas questões de fundo, nesta Assembleia, manter-se-á a necessidade de pôr à prova no quadro de uma maioria relativa, a sua capacidade de negociação e de persuasão. Solução modelar que pelas potencialidades sem dúvida possuiu — bem podia servir de exemplo numa próxima revisão legislativa. Acredito Senhor Presidente, que à frente da equipa que suponho com plena liberdade escolheu, e qualquer que seja o futuro quadro político do país, saberá com inteligência e lucidez interpretar os interesses da nossa terra e representá-la com a dignidade que todos lhe reconhecemos.

Bem sabia, que a posição que de acordo com a minha consciência e a minha forma de perspectivar o futuro de Aveiro entendi assumir, iria trazer-me algum desconforto e alguma incompreensão. Daí, que, movido pelo intuito de não ferir amizades que muito prezo, ter resolvido publicamente fundamentá-la e explicá-la. Mantenho-a inteiramente, mas devo confessar que só poucos dias antes das eleições, vim a ter conhecimento, numa casual troca de impressões com um dos responsáveis pelo partido, de que ainda não deixei de ser militante da forma abnegada como uma vez mais o candidato apresentado pelo partido de que faço parte, foi capaz de chamar a si, com superior dignidade, perante o deserto de candidatos que se verifica sempre que a vitória se afigura longínqua, uma missão de manifesto sacrifício pessoal. Circunstância que, qualquer que seja o tipo de reciprocidade, mais fez acrescer o meu apreço pelo Senhor Domingos Cerqueira.

Permita-me, Dr. Capão Filipe (ele não está aqui, peço desculpa), que diga o seguinte: por razões perfeitamente ultrapassadas, o nosso relacionamento demorou a estabelecer-se. A verdade é que estes anos permitiram que nele reconhece-se um sentido humanista e um amor a Aveiro, que o que quer que seja que possa manter em saudável desacordo, não mais haverá de esconder da minha parte, uma admiração e uma estima garantida.

Quanto ao meu colega e líder de bancada Prof. Britaldo Rodrigues, quero também testemunhar-lhe a minha admiração e o meu apreço pessoal, que ele sabe que não são reduzidos e que em qualquer circunstância poderá naturalmente contar comigo. E tenho muita pena, e não deixei na ocasião devida e em sede apropriada de lavrar o meu protesto, quando o vi impedido de ascender politicamente a lugares que os seus méritos vastissimamente justificavam. Mas nem por isso a sua dedicação quer às causas em que acredita, quer a esta própria casa, quer à instituição universitária - que ele serve como poucos - deixaram de contar com toda a sua inteligência, a sua lucidez e o seu trabalho.

O Senhor António Salavessa, é também para mim um exemplo de dedicação, de entrega e de amor à sua terra. Segundo naturalmente e legitimamente, as suas próprias perspectivas e as suas próprias convicções. Meu caro amigo, na hora em que me estou naturalmente a despedir desta casa, sabe que também dentro de um saudável confronto de ideias, pode contar sempre com a minha estima, com o meu apreço e com a minha admiração.

Queria também dizer o seguinte: assumi por vezes nesta Assembleia posições em aberto desacordo com a maioria da minha bancada. Mas quero deixar neste momento bem expresso, quando o PSD ganha inesperado e profundo alento - circunstância que torna mais fácil a minha decisão de sentir chegado o momento de sair - que nunca por isso ouvi qualquer agravo, qualquer crítica, numa clara tradução da liberdade de movimentos de que sempre nesta bancada pudemos dispor. Assim aconteceu em diversas questões. Aconteceu na questão do Teatro Aveirense — em que eu fui o único deputado desta Assembleia, ou o único membro desta Assembleia que votei não contra a aquisição do Teatro Aveirense, mas contra a forma jurídica que levou à passagem e à transferência da posse do Teatro Aveirense para a Câmara Municipal. Sobre o problema de trânsito da cidade e da sua resolução, que é o problema dos transportes colectivos, que tem que ser visto a meu ver não numa perspectiva concelhia mas na perspectiva plurimunicipalista, em que Aveiro é a referência essencial duma região — A Região Metropolitana de Aveiro.

Também no Plano de Pormenor do Centro manifestei a minha discordância, porque entendo que toda esta zona, deveria ser – como na altura penso que disse, tendo como fundo um grande espaço verde, uma zona não tão coberta de betão, apesar das grandes, das claríssimas melhorias, aprovadas nos termos da proposta da Comissão constituída para o efeito.

Outra questão que eu acho que tem que ser vista, é o problema dos arranjos em redor das grandes construções. Quer dizer: eu chamei à atenção já há dois anos por exemplo, do espaço contíguo ao Fórum de Aveiro, que continua de facto transformado num grande matagal e não se vê. Na altura, foi-me garantido que proximamente seria o problema resolvido. Continua tudo exactamente na mesma e é profundamente desagradável!

Outro pormenor que eu queria chamar à atenção da Câmara, é que o piso de algumas das ruas de Aveiro estão a deteriorar-se rapidamente e ainda não começou a chover. E eu temo que realmente possamos ter alguns desgosto nesse aspecto também.

Ficar-me-ei por aqui, não sem um agradecimento também ao papel dos membros da Comunicação Social, que têm desempenhado ao transportarem para o grande público a realidade da Assembleia.

Quero, para terminar, agradecer a todos, as lições de companheirismo, de solidariedade, de amizade que quiseram proporcionar afinal, uns aos outros – todos oferecemos alguma coisa a todos - e fazer votos sinceros, para que a próxima Assembleia (que suceder a esta), saiba continuar a trilhar no debate animado, no confronto vivo de ideias e de valores, um caminho sólido no sentido de um bem-estar cada vez maior, uma qualidade de vida de padrão cada vez mais elevado, para a comunidade aveirense.

A todos os que vão, os que me acompanham na despedida, contem comigo; assim como os que ficarão também podem contar com os meus modestíssimos préstimos, para o tudo o que virem que eu possa ser útil. Muito obrigado a todos.”

(Entretanto entraram na sala os Vogais António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre e Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva).

Vogal Gaspar Albino (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Muito obrigado Senhor Presidente.

Permita-me que em primeiro lugar, que deixe ficar aqui consignada a minha mais profunda e sincera admiração pela forma como V.Ex.a conduziu os trabalhos desta Assembleia ao longo deste mandato. Para mim, devo confessar, que a passagem por esta casa foi verdadeiramente uma experiência gratificante.

Já tinha tido anteriormente uma certa experiência autárquica como Vereador, nomeado antes do 25 de Abril, mas sinto que a minha participação nesta Assembleia Municipal, teve a condimentá-la o tempero da Democracia. Digo do mais profundo que tenho em mim (e sinceramente), não esquecerei esta experiência profundamente gratificante – repito.

Devo dizer, que me pautei pelos princípios de independência com que aceitei fazer parte de uma lista — ao longo destes quatro anos terei dado prova disso. E julgo que, sempre obedecendo a dois princípios de um código de ética que eu estimo e que é o código de ética de lyonismo. Esses dois princípios dizem isto: “ser difícil na crítica e generoso no elogio”; o outro é: “construir e não destruir”.

Julgo que assim procedi. Acima de tudo, fazendo com que a história da cidade que me viu nascer nunca fosse afastada como elemento essencial, para no presente se poder pensar e construir o futuro. São princípios que me norteiam de há muito mesmo — tanto quanto me conheço como pessoa. Crítico em relação à vida e crítico em relação à terra que me viu nascer. Por isso mesmo, avaliando tudo aquilo que terei dito de acordo com a minha maneira de ser, de estar e de sentir, julgo que não me terei atraído. E exactamente porque não me quero

atraiçoar, gostaria de exortar quem foi eleito de forma tão clara pelo povo aveirense. De tal forma clara, que julgo que o povo reconheceu nele a personificação da palavra aveirismo (criada pelo senhor seu sogro Dr. Carlos Candal) – o saudoso, Eduardo Cerqueira.

E aveirismo para mim tem uma carga sentimental afectiva enorme, que muitas vezes permite fazer com que se sinta Aveiro sem que se tenha que pensar Aveiro. Há uma mistura da emoção com a razão — e eu não sei muito bem definir as fronteiras duma e de outra coisa, porque quando elas se entre-penetram, se penetram, se fazem nossas, julgo que nessa altura é fácil amar Aveiro. Porque é tão natural como as coisas naturais nesta terra!

E por isso mesmo, porque sinto que alguém que assim pensa será capaz de pensar o futuro de forma correcta, eu apelo para que tudo seja feito para um reforço da capitalidade da minha terra — Aveiro. Para que se optimize o relacionamento com os concelhos vizinhos não os considerando de fronteira. Para que se optimize também o relacionamento com as instituições radicadas em Aveiro; acima de tudo a sua Universidade e a Administração do Porto de Aveiro — pois são o sangue que há-de suavizar o suor e as lágrimas de quem aqui nasce e aqui vive. E ainda mais... que tudo se faça para reforçar a defesa do Baixo Vouga lagunar. Coisa que Aveiro há tanto tempo debate ainda que seja a pretexto de uma Pista de Remo, que D. João Evangelista de Lima Vidal tanto quis.

E ainda mais, também que tudo se faça, todos os dias, para que a Ria de Aveiro volte a ser aquela que Almada Negreiros soube pintar com a sua palavra escrita, quando por estas terras passou alguns meses hospedado no Hotel Arcada para pintar os frescos da estação de Correios (que selvaticamente foram destruídos).

Aqui em baixo (neste edifício), estão duas aguadas que terão servido como estudos para os painéis que estiveram na estação dos correios. Eu conheço ainda mais dois trabalhos; dois desenhos que antecederam estas aguadas. Julgava mesmo que não havia aguadas nenhuma, com nenhum sentido de cor. Eu que era menino e ia buscar o correio à estação dos correios, ao meu apartado, quedava-me a olhar para os afrescos e ficava maravilhado com aquelas cores!! Seria possível de algum modo reconstruir essas pinturas em painéis azulejares (e para isso não nos faltam artistas), ainda que sejam fraca replica? Seria útil para nós aveirenses recuperar essas aguadas pondo-as no sítio mais adequado possível — quiçá, pela mão de José Augusto, que saberia por certo levar a bom termo o trabalho.

Lembro-vos meus bons amigos, que a exposição de Almada Negreiros estará aberta até dia 6 de Janeiro. E esta, como outras que a antecederam, vão marcar a vida cultural desta terra. As edições de catálogos correspondentes a cada uma dessas exposições, têm nível em qualquer parte do mundo. Só tenho pena que essas edições raramente tivessem ultrapassado as fronteiras de Aveiro; porque nunca encontraram uma distribuidora que as levasse ao lugar de consumo desse tipo de obras. Deveria ser pensado isso. Aliás, eu julgo que neste mandato, e não estou a fazer um elogio fácil, ter-se-ão editado muito mais obras do que nos mandatos anteriores desde que o município de Aveiro é regido por executivos democraticamente eleitos. Não me custa nada afirmá-lo, mas tudo aquilo que tem a ver com a cultura de uma terra, para mim, é semente que se deixa e que só espera que cresça; é a árvore por conta dos frutos que o futuro garante.

Meus amigos, foram 4 anos de convívio com pessoas que me habituei a admirar, que me habituei a respeitar e com as quais aprendi a viver. Viver com sinais contrários é salutar. A tese e a antítese dá origem sempre a uma nova síntese. Síntese que se converte numa nova tese — e assim é a vida! Aprendi um bocado disso convosco. E por isso vos agradeço a todos; a todos sem nenhum discriminar. E porque agradeço a todos, porque com todos aprendi, gostaria de deixar duas notas finais. A primeira, diz respeito ao Prof. Henrique Diz, a quem apresento as minhas condolências pelo infausto acontecimento, que só depois das suas palavras vim a ter consciência — Os meus sentimentos.

A outra nota final, é a de formular votos dos mais sinceros de bom êxito no mandato que os eleitos irão receber na próxima semana. Que façam tudo o que estiver ao alcance deles para que

Aveiro seja cada vez mais a terra bonita que me viu nascer. Façam tudo por isso! Muito obrigado”.

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

C

Membros da Assembleia:

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

D

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

A se verificando mais intervenções no “Período de Antes da Ordem do Dia”, de seguida o Presidente da Assembleia deu nota da correspondência recebida, informando os Senhores Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Continuando, o Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, propôs à Assembleia um voto de pesar pelo falecimento do Pai do deputado Henrique Diz, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

De seguida deu entrada na “Ordem de trabalhos” prevista para esta sessão.

PONTO N.º 1 – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído por todos membros desta Assembleia, de acordo com a lei, e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

Membros da Assembleia:

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Rogério Madaíl (PPD/PSD)

Vogal João Maia (CDS/PP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Fernando Leitão (PS)

Vogal Joaquim Abreu (CDS/PP)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

PONTO N.º 2 – BALANÇO DO MANDATO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL CESSANTE (1998/2001).

(Foi distribuído a todos os membros da Assembleia um relatório sobre o assunto em epígrafe, que faz parte do original desta acta, em anexo).

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

E

Vogal Rogério Madaíl (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Terminadas as intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia dado a adiantado da hora colocou à consideração do plenário a continuação da discussão da agenda de trabalhos. Depois de ouvidos os líderes das bancadas, foi proposto a não discussão dos restantes pontos da agenda, dando os trabalhos desta Sessão Ordinária de Dezembro como concluídos. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente da Mesa

“Devo-vos dizer com toda a franqueza (e se não pensasse assim não o dizia, ou se pensasse de maneira contraria dizia com certeza - quem me conhece sabe que eu sou assim) que tive muito gosto e orgulho em presidir a esta Assembleia. Nesse livrinho que tive o gosto de distribuir, verão (se tiverem paciência para isso) que tenho feito muitas coisas na vida, de sentido social e colectivo. Mas, porventura, o desempenho que mais honra íntima e gáudio pessoal anímico me deu foi ter sido Presidente desta Assembleia.

E agradeço a colaboração que todos me prestaram, mantendo o nível cívico, ético, dialogante e de conflito decente. Não há Democracia debatida sem guerrilha, sem alguma agressividade; às vezes a pisar o limite da cordialidade ou até do respeito pelos outros: isso faz parte da Democracia. Nunca se excederam os limites da decência. Todos colaboraram e sobretudo houve lealdade — que é uma palavra que está a cair em desuso, mas em Democracia é um valor (não sei se os Lyons também a cultivam). A lealdade é um valor democrático. Frontalidade, lealdade. E a tolerância – menos talvez. Agradeço-vos essa colaboração. Desejo muitas felicidades políticas aos que tiverem o vício e a dedicação. E muito sucesso pessoal e familiar e profissional àqueles que nos abandonam e voltarão porventura um dia. Também (numa outra fase) já tinha feito dois mandatos na autarquia e... voltei. Aliás, para ser um parlamentar completo, no meu panegírico final só me falta pertencer à Assembleia de Freguesia (ainda tenciono vir a pertencer à Assembleia de Freguesia da Vera Cruz, lá para mais tarde).E é assim. Desculpem-me o adiantado da hora.

Os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara — pela colaboração que deu a esta Assembleia e a ligação cordial e respeitosa que teve com esta Assembleia. E nem era pensável outra coisa, nem do Dr. Alberto Souto, nem de nós próprios. Com polémicas (a tal agressividade bilateral e recíproca, que alguma vez houve), mas é assim que eu entendo a Democracia. A Democracia não pode ser uma paz podre. Tem de ser animosa, aguerrida, combativa, atacante. Umhas vezes de defesa outras de ataque...

Não me alongo mais. Muito obrigado pela colaboração, em especial aos Presidentes de Junta (que têm um trabalho dobrado). Eu já pensei se os Presidentes de Junta deviam continuar a ter presença nas assembleias municipais; tive dúvidas se deveriam continuar a ter direito de voto. As pessoas têm tendência para se confinar às situações que melhor conhecem: actualmente, estou a fazer marcha à ré nessa perspectiva e entendo que o estatuto dos Presidentes de Junta se deverá manter. Há sítios onde isso será perturbador, porventura. Em Aveiro não é, não tem sido, não vem sendo. Esta é a minha leitura. Talvez isto se venha a discutir algum dia.

Fora disso: àqueles que transitarem deste parlamento local para o parlamento nacional - alguns serão -, desejo-lhes também muito sucesso nesses novos sítios. E os que já estão fora de Aveiro e só cá vêm visitar-nos, como é o caso do Prof. Britaldo Rodrigues: seja bem-vindo, sejam todos bem-vindos. E, quando vierem a Aveiro, se tiverem oportunidade e houver reunião da

Assembleia, venham estar connosco que serão bem recebidos, bem acolhidos, e nos darão essa honra - àqueles que cá estiverem (e será o meu caso, em princípio, a menos que aconteça qualquer coisa de extravagante, que não prevejo).

Bem hajam então! Boa noite.

“Rei morto, rei posto”. Vivam os novos membros da Assembleia Municipal!”.

De seguida o Presidente da Mesa deu por concluída a Sessão Ordinária do mês de Dezembro da Assembleia Municipal.

Eram 01:45 horas do dia 29 de Dezembro de 2001.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:30)